

At
Guimarães
A



RELATÓRIO E CONTAS

2015

ÍNDICE

Handwritten signature

A EMPRESA	3
MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS	4
ORGANOGRAMA	4
ORGÃOS SOCIAIS	5
ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	6
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	14
AÇÕES PRÓPRIAS	15
AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A VITRUS E OS SEUS ADMINISTRADORES	15
PERSPETIVAS FUTURAS	16
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
ANEXOS	19



// A EMPRESA

A VITRUS AMBIENTE, EM, SA enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a VITRUS assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.

// MISSÃO, VISÃO E VALORES

A VITRUS tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A VITRUS assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

VERACIDADE – as ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

INOVAÇÃO – com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

TRANSPARÊNCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os stakeholders;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

// AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS

No exercício das suas funções, a VITRUS pretende obter elevados níveis de eficácia e eficiência, melhorando continuamente o seu desempenho de forma a alcançar a satisfação plena do seu acionista, clientes, fornecedores, colaboradores e demais interessados.

Assente nos valores, queremos assumir e demonstrar o importante papel que a nossa atividade representa no desenvolvimento local e na melhor qualidade de vida que proporciona aos munícipes do nosso concelho.

Em todas as ações a levar à prática, a VITRUS pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

// ORGANOGRAMA



// ORGÃOS SOCIAIS



ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa

Câmara Municipal de Guimarães, representada pelo Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, **Miguel Oliveira**

Secretária

Sandra Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Câmara Municipal de Guimarães, representada pelo Vice-Presidente, **Amadeu Portilha**

Administrador Executivo

Daniel Pinto

Administradora Não Executiva

Crisália Alves

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 182.827,00 Euros em 182.827 ações de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionistas

Câmara Municipal de Guimarães: 182.827 ações

// ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE



No ano de 2015 a VITRUS continua com a sua atuação de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, em dois serviços de interesse geral, designadamente:

// GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

// RESÍDUOS URBANOS

// LIMPEZA PÚBLICA

// PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO

// PARQUES PÚBLICOS

// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

// RESÍDUOS URBANOS

Este serviço continua a ser aquele que, por estar na génese da própria empresa, se traduz como de maior importância e grande responsabilidade para garantir as melhores condições de higiene urbana e pública no nosso concelho.

Para que a satisfação do cliente final atinja níveis elevados, desenvolvemos todos os esforços por forma a garantir um serviço capaz e eficiente.

Nesta vertente, continuamos a desenvolver esforços de forma a ter um serviço capaz, tendo como preocupação máxima a satisfação da população abrangida por este serviço, visando para o efeito todas as condições de salubridade públicas implícitas.

No ano em análise, continuamos com um forte investimento nestes serviços, nomeadamente:

- / em obras nas instalações que arrendamos e que servem de estaleiro de apoio a todo o funcionamento deste serviço;
- / na aquisição novos de contentores de resíduos urbanos indiferenciados [enterrados e semi-enterrados];
- / na requalificação de todos os contentores já instalados, por forma a sensibilizar a população para uma utilização deste tipo de equipamentos

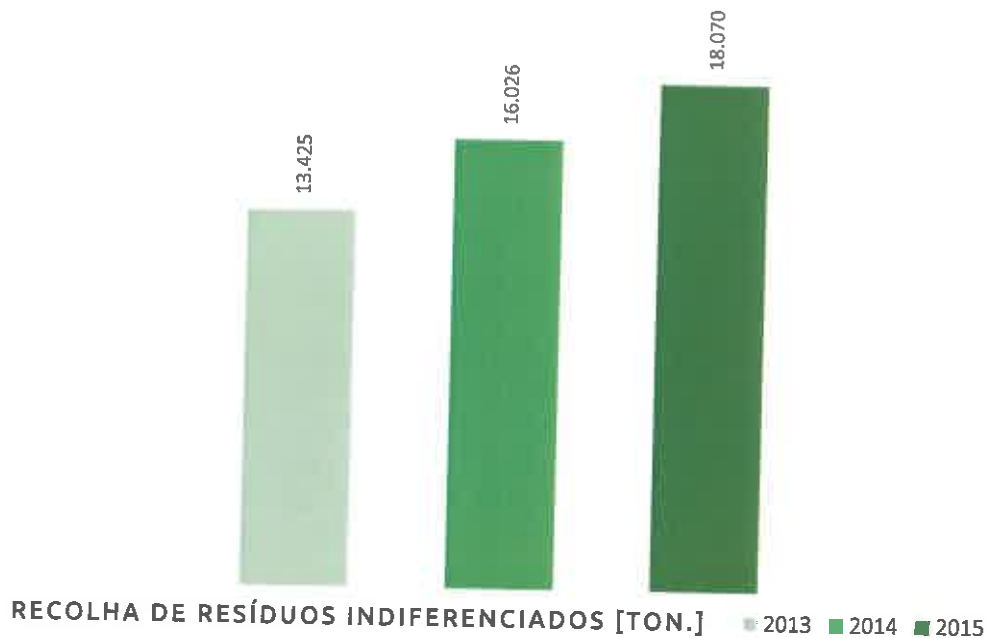
Como resultado deste investimento foi possível aumentarmos em cerca de 13% a recolha de resíduos urbanos contentorizados relativamente ao ano anterior, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação.

É nossa intenção continuar a levar à prática este trabalho de colocação de novos contentores, bem como requalificar os já existentes, dando assim uma imagem digna aos equipamentos de armazenamento de resíduos.

Handwritten signature in blue ink.

Pretendemos, também nesta área, dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam obter informações rigorosas e fiáveis, que resultarão numa maior eficácia na tomada de decisões e elevada eficiência no trabalho a executar.

Este serviço representou cerca de 62% do volume de faturação da empresa.



// LIMPEZA PÚBLICA

Durante o ano de 2015 procedemos, internamente, à reorganização deste mesmo serviço de interesse público, pela circunstância de termos contratualizado com o Município, por um período de três [3] anos, o alargamento e diversificação que este mesmo serviço representava na empresa.

Desta forma, para uma melhor eficiência e operacionalidade, dividimos este serviço em dois sub-serviços: Vias/Espaços Públicos e Edifícios Públicos.

// LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de 488320 m² de caminhos públicos, distribuídos por diversas zonas do concelho. Este serviço é efetuado nos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO.

Temos dado toda a importância a este serviço e demonstrado grande empenho na sua execução [por vezes muito difícil em alguns pontos do seu percurso]. No entanto, o *feedback* de quem utiliza estes espaços públicos tem sido muito positivo.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Karym" or similar.

// LIMPEZA DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

O serviço de limpeza de edifícios públicos passa fundamentalmente pela limpeza de edifícios que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães.

Alguns dos espaços onde atuamos são: MERCADO MUNICIPAL, CENTRAL DE CAMIONAGEM, FEIRA RETALHISTA, CPCJ, LOJA PONTO JÁ, ESPAÇO SAUDE JOVEM, POSTO DE TURISMO, MAPA 2012, OFICINAS GERAIS, POSTO DE INTERNET, WC's PÚBLICOS, etc.

Nesta área de intervenção, podemos considerar que 2015 foi um ano sem grandes alterações relativamente ao ano transato. Continuamos com a mesma atitude, empenho e profissionalismo, para desta forma merecer toda a confiança dos nossos clientes.

Por se tratar de um serviço de grande importância e interesse, continuaremos a dar-lhe a importância que merece, pois trata-se de instalações de uso público, utilização massiva, o que traduz grande exigência e permanência.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas em número suficiente e adequado aos locais, sendo contemplado todo o equipamento necessário para o desempenho das tarefas inerentes.

Futuramente, procuraremos novos serviços por forma a ganhar dimensão e estudaremos novas e melhores soluções de execução do serviço, quer através de equipamentos, quer através de novos métodos e técnicas de trabalho, com objetivo principal de satisfazer os nossos clientes e utilizadores das instalações em causa.

Este serviço representou cerca de 4% do volume de faturação da empresa.

// ESTACIONAMENTO PÚBLICO URBANO

O estacionamento público urbano tem sido, também, uma das grandes apostas da nossa empresa. Tendo em conta o trabalho levado à prática através nos últimos três anos [3] anos, foi celebrado um novo contrato de concessão entre o Município e a VITRUS, que vigorará entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024.

Neste período, agora mais longo, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para implementar na nossa cidade as melhores soluções de estacionamento existentes no mercado, colocando-as à disposição de todos aqueles que utilizam este tipo de infraestruturas.

Este é o nosso compromisso, compromisso este plasmado no contrato de concessão já em vigor e que determina uma receita fixa para o Município, bem como o investimento em novos equipamentos e soluções inovadoras.

O automóvel ocupa espaço quando circula, mas passa a grande parte do tempo imobilizado, ocupando espaço privado e público, muitas vezes de forma abusiva. As exigências de espaço para estacionamento acontecem, muitas vezes, nos locais onde este escasseia, como é o caso das áreas centrais das cidades. O espaço público é efetivamente um bem finito e valioso que deve ser partilhado por todos de forma equilibrada tendo em consideração as diferentes funções urbanas.

Handwritten signature in blue ink.

O estacionamento, bem como a sua gestão, é, por variadíssimas razões, a componente mais complexa das políticas de mobilidade urbana. Envolve diferentes atores, entre eles as várias categorias de utilizadores com necessidades e interesses muito distintos, e muitas vezes, incompatíveis.

Por estes motivos, é fundamental que quem tem responsabilidade nesta área considere este tema de enorme importância e que o estacionamento público urbano seja repensado na íntegra, tentando, sempre, arranjar soluções ideais para o que dele precisam, mas também para aqueles que optam por outros meios para a sua mobilidade.

É com este propósito que a VITRUS vai encarar o estacionamento no futuro. Entendemos que existem lógicas e soluções integradas de estacionamento que devem ser implementadas, pretendendo com isto incentivar e habituar os cidadãos a utilizarem o estacionamento que mais se adequam às suas necessidades.

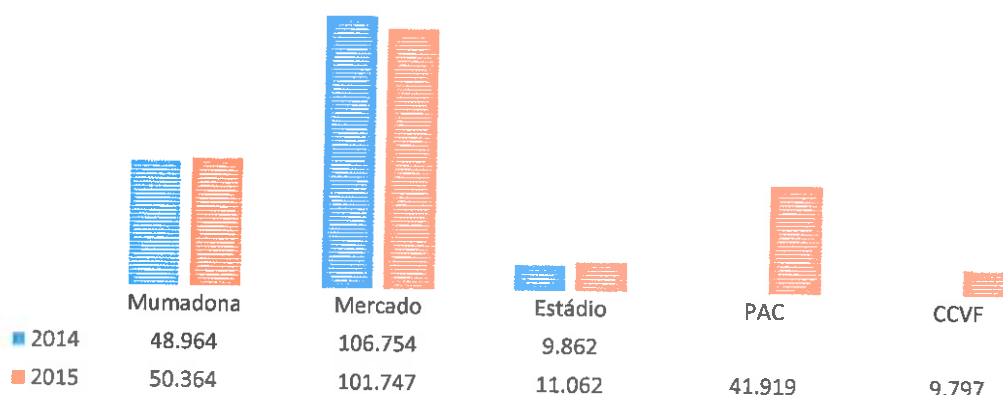
Estamos já a trabalhar nesta ideia, convictos que estaremos a dar um passo fundamental para implementar na nossa cidade uma solução inovadora e transversal aquilo que deve ser o estacionamento público urbano regulado e moderno.

// PARQUES PÚBLICOS

A procura de infraestruturas de estacionamento coberto, ou seja, aquele que pela sua particularidade e função permite uma utilização prolongada no tempo e sem limites de horário, continuou a apresentar nos anos em análise um comportamento aceitável e a corresponder aos objetivos que preconizamos para este tipo de espaços.

Através da informação demonstrada nos gráficos abaixo, podemos concluir que o registo global de entradas de utilizadores rotativos nos parques da Mumadona, Mercado Municipal e Central Estádio desceram ligeiramente. No entanto, e pela circunstância de, a partir de 1 de janeiro de 2015 termos assumido também a gestão dos parques de estacionamento da Plataforma das Artes e do Centro Cultural Vila Flôr, o número total de entradas nos cinco [5] parques é de 214.889, o que demonstra uma subida total de 30%.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ENTRADAS
UTILIZADOR ROTATIVO



Handwritten signature and initials in blue ink.

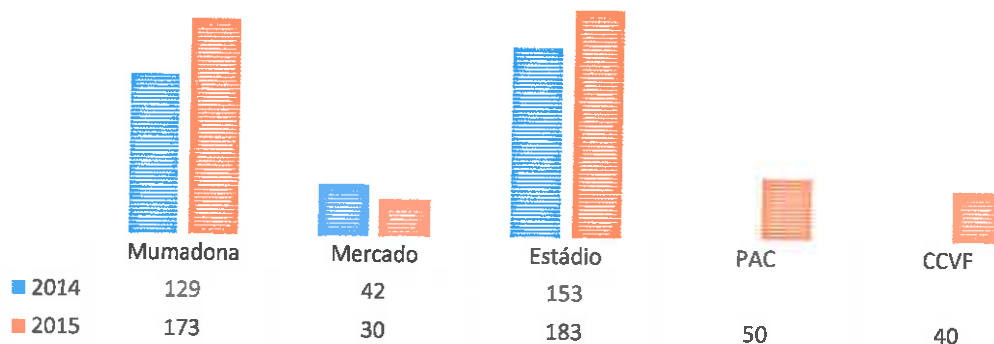
Relativamente á evolução do número de assinantes que manifestaram interesse em utilizarem as nossas instalações para estacionarem por períodos de tempo de média e longa duração, verificamos, à data de 31 de dezembro de cada ano analisado, que os pressupostos que idealizamos foram ao encontro daquilo que era a nossa pretensão, tendo em conta a lógica e as boas práticas que devem ser desenvolvidas na gestão integral do estacionamento público urbano.

Nesta vertente do estacionamento, verificamos um aumento significativo de 47% na procura, tendo em conta o trabalho de sensibilização de promoção da utilização dos parques públicos.

O aumento mais significativo registou-se no parque da Mumadona, fruto da sua localização, o qual registou um aumento de 34%, relativamente ao ano anterior. O parque Central Estádio registou também um aumento importante de 20% e verificou-se uma descida de 29% no parque do Mercado Municipal, fruto da deslocalização destes assinantes para o parque da Plataforma das Artes. Este parque também já regista um importante número de avençados, cinquenta [50], e o parque do Centro Cultural Vila Flôr já possui quarenta [40] assinantes.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ASSINANTES

[a 31 de dezembro]



Os resultados obtidos levam-nos a pensar que as alterações já implementadas e modelo de gestão seguidos foram os mais ajustados, tendo em conta as atuais circunstâncias.

Nesta área, do nosso ponto de vista, ainda há muito caminho a percorrer, muitas alterações a implementar, para que a utilização dos parques de estacionamento seja um hábito no dia-a-dia da população, sem preocupações e de uma forma simples e prática.

Este serviço representou cerca de 11% do volume de faturação da empresa.

// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

Tendo em conta o importante papel que o estacionamento de duração limitada representa atualmente no ordenamento do trânsito na via pública e para fazermos cumprir o REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, existem seis [6] agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado disponíveis em várias artérias da nossa cidade.

No exercício destas funções de fiscalização, no decurso de 2015, foram registados 19.527 avisos de pagamento prévio, com uma média mensal de 1.623. Estes números refletem um decréscimo de cerca de 7% relativamente ao ano anterior.

Decorridos sensivelmente 4 anos de serviço de fiscalização pela VITRUS, entendemos que os resultados obtidos continuam a demonstrar que ainda existe um percurso a trilhar para a consciencialização, aceitação e importância que mesmo representa para a mobilidade na nossa cidade.

Com a experiência já adquirida, continuaremos com melhoramentos que vão sendo identificados no dia-a-dia e queremos melhorar o serviço prestado a este nível, tendo em conta a satisfação da população em geral. Deste modo, pensamos nós, estar a contribuir para que o estacionamento rotativo seja um bom exemplo de funcionamento, para bem de todos.

Embora a tendência destes últimos anos ser de ligeira descida na emissão do número de avisos de pagamento, verifica-se uma inversão contrária no rendimento deste serviço. Neste momento, este serviço representa cerca de 23% do volume de faturação da empresa, ou seja, cresceu cerca de 3%.

Handwritten signature

// SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A VITRUS no exercício do ano de 2015 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 100.742,88 Euros [cem mil, setecentos e quarenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos].

// RENDIMENTOS E GASTOS

A diferença entre os rendimentos e gastos operacionais é de 146.526,72 Euros [cento e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis euros e setenta e dois cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

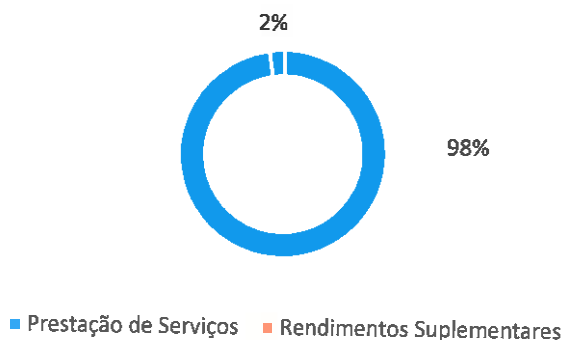
A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se apresenta:



// RENDIMENTOS

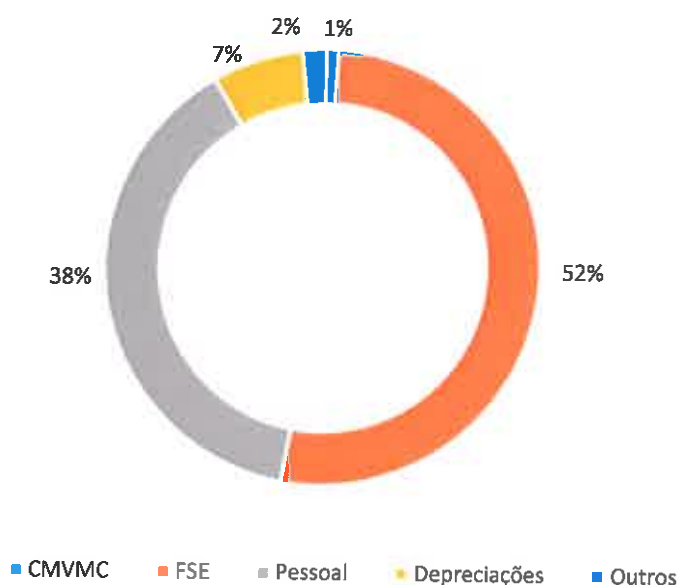
O valor de 1.928.157,67 Euros representa, na totalidade, o volume de negócios durante o ano de 2015, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano].

O valor relativo de 2% refere-se à cobrança dos avisos de pagamento prévio, que registou um valor de 48.898,68 Euros.



// GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2015, o valor cifrou-se nos 1.841.134,73 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [709.827,52 Euros] com uma representação de 39%; **Fornecimento e Serviços Externos** [956.759,78 Euros] que representaram 52% dos gastos totais; **Depreciações e Amortizações** [125.988,99 Euros] o equivalente a 7% e como **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [32.904,41 Euros], com uma representatividade de 2%.



// INVESTIMENTOS

Em 2015 o valor investido pela VITRUS nas várias áreas de negócio, rondou os 200.000,00 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de contentores enterrados e semienterrados, em novos parcometros para Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, aquisição de soluções informáticas para modernização administrativa e respetivo equipamento informático, bem como equipamento administrativo.

// ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam dívidas em mora à Segurança Social, nem à Direção Geral de Contribuições e Impostos, ao abrigo dos Decretos Leis n.º(s) 411/91 e 534/80 respetivamente.

// SÍNTESE DE INDICADORES

Demonstra-se de seguida alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” em que a empresa apresentou no ano em análise.

INDICADORES	2015	2014
EBITDA	272.515,71 €	297.082,10 €
EBIT	146.526,72 €	212.897,52 €
Rendibilidade Operacional	14,13 %	16,77 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	955.743,86 €	949.831,06 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	35	40
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	31	25
Autonomia Financeira	43,13 %	41,49 %
Endividamento	56,87 %	58,51 %
Solvabilidade	75,85 %	70,90 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio	17,34 %	31,40 %
Capital Social	182.827,00 €	182.827,00 €
Capital Próprio	581.121,89 €	480.379,01 €
Volume de Negócios Total	1.928.157,67 €	1.772.018,58 €
Investimento	201.969,48 €	386.341,41 €

Tendo em conta a realidade e conjuntura que atualmente vivemos, podemos considerar que estes indicadores são bastante positivos, dado que 2015 foi um ano de grandes restrições e particularmente difícil.

// FACTOS RELEVANTES OCCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras



// PERSPETIVAS FUTURAS

Os objetivos estratégicos da VITRUS para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos á prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da VITRUS será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor se implementarmos procedimentos organizativos e de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de todos os nossos atos.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e ao mesmo tempo tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora em relação aos outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, bem pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa e apostar na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores para encararmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

// PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2015, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 100.742,88 Euros [Cem mil, setecentos e quarenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos], da seguinte forma:

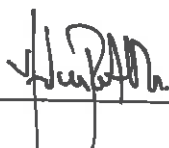
Reserva Legal [10%]	10.074,29 Euros
----------------------------	-----------------

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

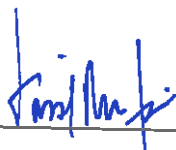
Resultados Transitados	90.668,59 Euros
-------------------------------	-----------------

Guimarães, 8 de março de 2016

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

// DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

[montantes expressos em Euros]

MM
Simplic
A

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2015

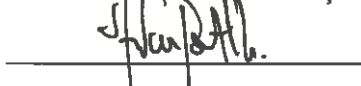
Balanço

Rubricas	Notas	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	908.601,38	836.630,87
Ativos Intangíveis	7	19.195,82	15.185,84
Outras ativos financeiros	11.3	464,96	187,33
Subtotal		928.262,16	852.004,04
Ativo corrente			
Inventários	8	2.298,48	2.658,64
Clientes	11.1	230.134,19	236.013,64
Adiantamentos a fornecedores		289,09	0,00
Estado e outros entes públicos	12.1	11.434,16	0,00
Outras contas a receber	11.1	4.418,21	5.637,88
Diferimentos	13.2	16.904,72	14.676,71
Caixa e depósitos bancários	11.2	153.552,41	46.922,79
Subtotal		419.031,26	305.909,66
Total do Ativo		1.347.293,42	1.157.913,70
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital realizado	13.3	182.827,00	182.827,00
Reservas legais		30.673,44	15.587,51
Resultados transitados	13.3	266.878,57	131.105,19
Subtotal		480.379,01	329.519,70
Resultado líquido do período		100.742,88	150.859,31
Total do Capital Próprio		581.121,89	480.379,01
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	81.619,76	82.408,29
Outras contas a pagar	11.1	52.545,60	105.091,20
Subtotal		134.165,36	187.499,49
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	102.589,43	67.993,43
Estado e outros entes públicos	13.1	31.284,17	64.193,73
Financiamentos obtidos	6/11.4	215.934,95	93.958,44
Outras contas a pagar	11.1	282.197,62	263.889,60
Subtotal		632.006,17	490.035,20
Total Passivo		766.171,53	677.534,69
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.347.293,42	1.157.913,70


A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração


Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha

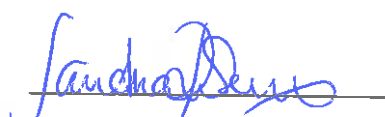

Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	1.928.157,67	1.772.016,58
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-15.654,03	-18.944,77
Fornecimentos e serviços externos	16.1	-956.759,78	-803.242,75
Gastos com pessoal	12	-709.827,52	-697.847,95
Outros rendimentos e ganhos		48.898,68	54.149,17
Outros gastos e perdas		-22.299,31	-9.050,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		272.515,71	297.082,10
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6/7	-125.988,99	-84.184,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		146.526,72	212.897,52
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-10.605,10	-12.076,99
Resultado antes de impostos		135.921,62	200.820,53
Impostos sobre o rendimento do período	10	-35.178,74	-49.961,22
Resultado líquido do período		100.742,88	150.859,31


A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração


Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha


Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de Clientes		2.140.351,79	1.964.269,83
Pagamentos a Fornecedores		-1.060.729,64	-947.403,60
Pagamentos ao Pessoal		-661.081,24	-655.253,22
Caixa geradas pelas operações			
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		418.540,91	361.613,01
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		-77.753,22	-10.984,07
		-101.631,83	-87.921,15
Fluxos das atividades operacionais (1)		239.155,86	262.707,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-185.755,92	-247.212,67
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-267,64	-166,75
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-186.023,56	-247.379,42
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		125.000,00	216.200,45
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-55.493,82	-255.372,29
Juros e gastos similares		-16.008,86	-14.135,55
Fluxos de atividades de financiamento (3)		53.497,32	-53.307,39
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		106.629,62	-37.979,02
Caixa e seus equivalentes no início do período		46.922,79	84.901,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		153.552,41	46.922,79

A Contabilista Certificada




Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

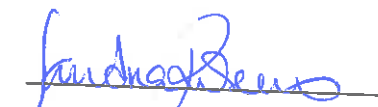


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

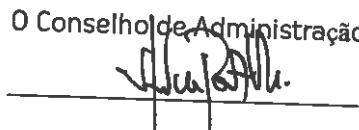
Demonstração das alterações do capital próprio nos períodos 2014 e 2015


Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2014	182.827,00	11.177,64	91.416,36	0,00	44.098,70	329.519,70
Alterações no período	0,00	4.409,87	39.688,83	0,00	-44.098,70	0,00
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	4.409,87	39.688,83	0,00	-44.098,70	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	150.859,31	150.859,31
Posição 31 Dezembro 2014	182.827,00	15.587,51	131.105,19	0,00	150.859,31	480.379,01
Posição 1 de Janeiro 2015	182.827,00	15.587,51	131.105,19	0,00	150.859,31	480.379,01
Alterações no período	0,00	15.085,93	135.773,38	0,00	-150.859,31	0,00
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	15.085,93	135.773,38	0,00	-150.859,31	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	100.742,88	100.742,88
Posição 31 Dezembro 2015	182.827,00	30.673,44	266.878,57	0,00	100.742,88	581.121,89

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração


Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha


Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2015
(Montantes expressos em Euros)



1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 - Sede

Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 - NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma Empresa Local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de Outubro do mesmo ano.

A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública:
 - Recolha e transporte de Resíduos Urbanos a destino final;
 - Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.

2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).



2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro do SNC - Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 julho, de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 agosto (publicados em 07 Setembro), e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 986/2009, de 07 setembro, e 1011/2009, de 09 setembro.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em “edifícios e em outras construções de propriedade alheia” as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das amortizações. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	6 anos
Programa Antivírus	3 anos

INVENTÁRIOS

As matérias de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com

fiabilidade;

- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 17% aplicável aos (euro) primeiros 15000 de matéria coletável, sendo de 21% aplicável ao excedente. A Derrama municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em € 2.000.000.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo. As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Vitrus.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

4 - FLUXOS DE CAIXA

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	33.174,14
Depósitos à ordem	12	120.378,27
Total Meios Financeiros Líquidos		153.552,41

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Descrição	31-12-2014	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2015
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios e outras construções	242.453,95	0,00			72.099,63	314.553,58
Equipamento básico	595.253,09	100.743,85				695.996,94
Equipamento de transporte	122.235,68	0,00				122.235,68
Equipamento administrativo	47.386,31	19.768,50				67.154,81
Outros ativos fixos tangíveis	4.165,89	530,00				4.695,89
AFT em curso	0,00	72.099,63			-72.099,63	0,00
Ativo Fixo Tangível Bruto	1.011.494,92	193.141,98	0,00	0,00	0,00	1.204.636,90
Depreciações	174.864,05	121.171,47				296.035,52
Depreciações Acumuladas	174.864,05	121.171,47	0,00	0,00	0,00	296.035,52
Ativo tangível líquido	836.630,87	71.970,51	0,00	0,00	0,00	908.601,38

6 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	Valor Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
50 contentores (moloks)	146.639,37	39.714,83	106.924,54
10 parcómetros	49.000,00	2.041,67	46.958,33
Total	195.639,37	41.756,50	153.882,87

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2016	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	26.355,54	55.700,58	0,00	82.056,12
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	14.579,41	25.919,18	0,00	40.498,59
Total das locações financeiras	40.934,95	81.619,76	0,00	122.554,71




7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2014	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2015
Ativos Intangíveis						
Programas de computador	22.139,09	8.827,50	0,00	0,00	0,00	30.966,59
Ativo Fixo Tangível Bruto	22.139,09	8.827,50	0,00	0,00	0,00	30.966,59
Amortizações	6.953,25	4.817,52	0,00	0,00	0,00	11.770,77
Amortizações Acumuladas	6.953,25	4.817,52	0,00	0,00	0,00	11.770,77
Ativo intangível líquido	15.185,84	4.009,98	0,00	0,00	0,00	19.195,82

8 - INVENTÁRIOS

As matérias de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rúbricas	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Inventários						
Matérias de consumo	2.298,48	0,00	2.298,48	2.658,64	0,00	2.658,64
Total	2.298,48	0,00	2.298,48	2.658,64	0,00	2.658,64

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	31-12-2015	31-12-2014
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo inicial	2.658,64	4.039,91
Compras	15.293,87	17.563,50
Saldo final	2.298,48	2.658,64
Gasto no exercício	15.654,03	18.944,77

9 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos e Ganhos	31-12-2015	31-12-2014
Prestações de Serviços		
Recolha de Resíduos Urbanos	1.186.065,71	1.094.138,79
Limpezas	96.570,00	134.724,80
Recolha de Parques de Estacionamento	205.111,34	150.091,64
Recolha de Parcómetros	440.410,62	393.063,35
Total	1.928.157,67	1.772.018,58

10 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na Demonstração dos Resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Resultado antes imposto	135.961,62	200.820,53
Resultado antes imposto sujeito	135.961,62	200.820,53
Taxa Imposto	21,00%	23,00%
Imposto sobre rendimento*	35.178,74	49.961,22

*Inclui Tributação Autónoma

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

11.1 - Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	230.134,19	0,00	230.134,19	236.013,64	0,00	236.013,64
Outras contas a receber	4.418,21	0,00	4.418,21	5.637,88	0,00	5.637,88
Total do Ativo	234.552,40	0,00	234.552,40	241.651,52	0,00	241.651,52
Passivo						
Fornecedores	102.589,43	0,00	102.589,43	67.993,43	0,00	67.993,43
Outras contas a pagar	282.197,62	0,00	282.197,62	263.889,60	0,00	263.889,60
Total Passivo	384.787,05	0,00	384.787,05	331.883,03	0,00	331.883,03
Total Líquido	-150.234,65	0,00	-150.234,65	-90.231,51	0,00	-90.231,51

O valor do passivo não corrente em “outras contas a pagar” deriva do contrato celebrado em finais de dezembro de 2014, com 36 pagamentos mensais, pela aquisição de 40 moloks. Os 52.545,60 euros referem-se ao ano de 2017.

11.2 - Caixa e depósitos bancários Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	2015	2014
Caixa e depósitos bancários		
Ativo		
Caixa	33.174,14	37.888,33
Depósitos à ordem	120.378,27	9.034,46
Total	153.552,41	46.922,79

11.3 – Outros ativos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os Fundos de Compensação do Trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

11.4 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de «Financiamentos Obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos Obtidos						
Passivos						
Empréstimos Bancários - Conta Cauionada	175.000,00	0,00	175.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	16.323,45	0,00	16.323,45
Locações Financeiras	40.934,95	81.619,76	122.554,71	27.634,99	82.408,29	110.043,28
Total	215.934,95	81.619,76	297.554,71	93.958,44	82.408,29	176.366,73

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31-12-2015	31-12-2014
Remuneração do membro do órgão social	34.746,12	34.024,10
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	7.983,00	7.851,55
Remunerações do pessoal	502.549,65	504.824,83
Encargos sobre remunerações	107.456,39	107.109,96
Indemnizações	0,00	772,92
Acréscimos remunerações a liquidar	-386,28	4.769,60
Seguros de acidentes trabalho	19.657,38	18.861,62
Outros gastos	37.821,26	19.633,37
Total	709.827,52	697.847,95

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de «Estado e Outros Entes Públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	8.867,26	0,00	8.867,26	0,00	0,00	0,00
IVA a recuperar	2.566,90	0,00	2.566,90	0,00	0,00	0,00
Total	11.434,16	0,00	11.434,16	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	33.707,22	0,00	33.707,22
Retenção de imposto sobre o rendimento	2.383,00	0,00	2.383,00	2.733,00	0,00	2.733,00
IVA a pagar	15.614,51	0,00	15.614,51	13.732,43	0,00	13.732,43
Contribuições segurança social	13.253,60	0,00	13.253,60	13.998,83	0,00	13.998,83
Outras tributações (fundos compensação)	33,06	0,00	33,06	22,25	0,00	22,25
Total	31.284,17	0,00	31.284,17	64.193,73	0,00	64.193,73

13.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	10.281,31	0,00	10.281,31	8.821,66	0,00	8.821,66
Rendas	1.537,50	0,00	1.537,50	5.278,10	0,00	5.278,10
Leasings/ALD	3.312,51	0,00	3.312,51	576,95	0,00	576,95
Outros	1.773,40	0,00	1.773,40	0,00	0,00	0,00
Total	16.904,72	0,00	16.904,72	14.676,71	0,00	14.676,71

13.3 - Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Capital Próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Capital próprio		
Capital Realizado	182.827,00	182.827,00
Reservas Legais	30.673,44	15.587,51
Resultados Transitados	266.878,57	131.105,19
Resultado Líquido do Período	100.742,88	150.859,31
Total	581.121,89	480.379,01

13.4 - Pessoal

A 31 de dezembro de 2015 o número de colaboradores era de 56, mais 4 ao abrigo de contratos de emprego de inserção através do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

13.5 – Partes Relacionadas

a) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: Câmara Municipal de Guimarães

b) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.365,30 euros.

c) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

- i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.
- ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e promoção,

gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2015, à Câmara Municipal de Guimarães.

- iii) Saldos pendentes: a rubrica "clientes" apresenta um Saldo Devedor no valor de 230.134,19€ dos quais 11.389,36€ correspondem à fatura emitida ao Município respeitante ao mês de dezembro referente ao serviço de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais.
- iv) Em 2015 o volume total de transações com o Município de Guimarães foi de 96.570,00€ na ótica de nosso cliente e de 235.569,60€ enquanto nosso fornecedor.

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 8 de março de 2016. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2015, pela sociedade de Revisores Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2015.

16 – OUTRAS INFORMAÇÕES


16.1 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

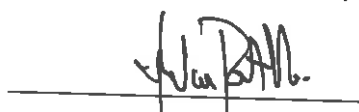
Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2015	31-12-2014
Serviços Especializados	316.592,60	257.164,74
Trabalhos Especializados	57.299,06	24.646,02
Honorários	85.292,29	30.835,84
Conservação e Reparação	155.241,48	188.411,97
Outros	18.759,77	13.270,91
Materiais	83.280,54	49.892,96
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	73.733,86	46.553,49
Outros	9.546,68	3.339,47
Energia e Fluidos	141.879,23	143.197,71
Combustíveis	117.474,35	116.536,91
Outros	24.404,88	26.660,80
Deslocações, Estadas e Transportes	10.029,28	6.197,13
Deslocações e Estadas	9.994,58	6.189,13
Outros	34,70	8,00
Serviços Diversos	404.978,13	346.790,21
Rendas e Alugueres	338.505,31	283.888,55
Outros	66.472,82	62.901,66
Total	956.759,78	803.242,75


Guimarães, 8 de março de 2016


A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração


Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha


Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

// ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

da
Kangit
A



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 1 347 293 euros e um total de capital próprio de 581 122 euros, incluindo um resultado líquido de 100 743 euros) a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a. a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

CSA Auditores
S. R. O. C., Lda.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- b. a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c. a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade ; e
 - d. a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA** em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 17 de março de 2016

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – SROC (nº.153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2015

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Os procedimentos seguidos permitem-nos concluir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade da Sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira;
- os actos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;
- a informação contida no Relatório de Gestão está conforme com a situação financeira que a empresa deve prestar;
- a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, foi emitida sem reservas;

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

CSA Auditores, S.R.O.C., Lda.
Capital Social: 100 000,00 €

